

A ATUAÇÃO DIPLOMÁTICA DA MISSÃO MILITAR BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO NO PARAGUAI (MMBIP) NA DÉCADA DE 1940

Cíntia Vieira Souto¹
André Luiz Reis da Silva²

RESUMO

O presente artigo analisa a fundação da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP), em 1942, início da cooperação militar entre os dois países que persiste até hoje. O texto tem por objetivo analisar a fundação da MMBIP e seu funcionamento nos primeiros anos. A pesquisa em fontes primárias demonstra que, em seus primeiros anos, a MMBIP teve uma dimensão diplomática tão importante quanto a militar, contribuindo para o incremento das relações bilaterais entre Brasil e Paraguai. A atuação da Missão e outras iniciativas diplomáticas no período interferiram na preponderância argentina no subsistema platino e encaminharam o equilíbrio na década de 1960 e a preponderância brasileira a partir da década de 1970.

Palavras-chave: Cooperação militar; Brasil; Paraguai.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul — RS, Brasil. E-mail: cintia.souto@gmail.com — ORCID <http://orcid.org/0000-0003-3157-2207>.

² Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI/UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul — RS, Brasil. E-mail: reisdasilva@hotmail.com — ORCID <http://orcid.org/0000-0003-2593-1189>.

INTRODUÇÃO

As relações do Brasil com o Paraguai são, em geral, tratadas na bibliografia dentro do contexto da Bacia do Prata e raramente abordadas em termos bilaterais. Isso causa estranheza em vista das particularidades e da natureza dessa relação. Há um enorme número de brasileiros no país guarani. E Itaipu Binacional criou praticamente uma união entre os dois países na fronteira. O Tratado de Itaipu, assinado em abril de 1973, consolidou uma mudança, iniciada muitos anos antes, nas relações internacionais da região platina.

No final da década de 1930, houve uma modificação importante na política externa brasileira em relação aos países vizinhos. Até então, o Paraguai tinha suas relações exteriores voltadas para a Argentina. A partir de então, o interesse em que o comércio exterior paraguaio se desviasse para o Brasil e a identidade política entre os regimes de Félix Estigarribia³, Hígino Morínigo⁴ e Getúlio Vargas promoveu uma notável aproximação política e cultural entre os dois países, assim como iniciativas de viabilizar as relações comerciais por meio de ligações infraestruturais: estradas de ferro, estradas de rodagem, pontes etc. O incremento das relações bilaterais entre Brasil e Paraguai nesse período foi a base dos fortes vínculos que se desenvolveram nos anos posteriores.

A ampliação das relações bilaterais ocorreu juntamente com o estabelecimento da cooperação militar. A fundação da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP) em 15 maio de 1942 está inserida nesse contexto. Mas as relações entre os militares dos dois países antecedem o início da Missão. Houve uma missão militar brasileira no século XIX⁵. Em outubro de 1941, o major Alfredo Stroessner foi escolhido membro de um grupo de jovens oficiais para receber treinamento em artilharia no Brasil. Stroessner permaneceria no Brasil somente até janeiro de 1942. Mas os autores que analisam o seu longo período como presidente do Paraguai concordam que esse contato foi fundamental para a orientação pró-Brasil que o Paraguai assumiria durante o Stronato (LEWIS, 1986;

³ Félix Estigarribia foi Presidente do Paraguai entre 15 de agosto de 1939 e 7 de setembro de 1940.

⁴ Hígino Morínigo Presidente do Paraguai entre 7 de setembro de 1940 e 3 de junho de 1948.

⁵ Uma missão militar brasileira composta por quatro oficiais, dois do Exército e dois da Marinha, foi ao Paraguai em 1851. Há divergência quanto ao período de permanência. Alfredo Souto Malan diz que ela permaneceu 15 meses no país (MALAN, 1988, p. 13). Já Amancio Pampliega diz que foram quatro anos (PAMPLIEGA, 1982, p. 75).

MIRANDA, 1990; DORATIOTO, 2012).

O presente artigo tem por objetivo analisar a fundação da MMBIP e seu funcionamento nos primeiros anos. Nossa hipótese é de que a MMBIP teve uma dimensão fundamentalmente diplomática no período. Isso não significa que não tenha desempenhado o papel tradicional de uma missão militar de instrução ⁶.

As fontes primárias utilizadas são predominantemente diplomáticas, na maioria ofícios, circulares, relatórios, memorandos e telegramas enviados de Assunção e para Assunção. Há algumas fontes produzidas por militares, quase todas reproduzidas ou anexadas à documentação diplomática ⁷. Obtivemos documentos relativos à MMBIP na Embaixada Brasileira de Assunção. Mas esses documentos são fragmentados do ponto de vista cronológico, cobrindo mais os eventos de interesse para a diplomacia. Há algumas fontes paraguaias anexas à documentação brasileira, mas em pouca quantidade.

BASE CONCEITUAL: AUTONOMIA E PREPONDERÂNCIA NO SUBSISTEMA PLATINO

Utilizaremos, em termos de base teórica, uma adaptação da abordagem analítico-sistêmica adotada por Gerson Moura no estudo clássico *Autonomia na Dependência* de viés marxista; alguns conceitos realistas de Raymond Aron modificados por Leonel Itassu Mello em na obra *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul*; e algumas formulações de Robert Keohane sobre estados pequenos (*small states*).

Assim como Gerson Moura, consideramos aqui o Estado como o principal ator das relações internacionais, sem, todavia, deixar de prestar a atenção na interferência de outras esferas. A política externa é concebida como o resultado da conjugação de conjunturas políticas,

⁶ Alfredo Malan define: “a missão de instrução: é organizada num país, por solicitação de outro para neste último e mediante um acordo ou contrato firmado entre os dois governos, prestar assistência e transmitir ensinamentos visando, através da organização adequada, doutrina conveniente e eficiente preparo, tudo devidamente adaptado às finalidades conjunturais e aos recursos disponíveis, a tornar o mais objetivo possível, o organismo bélico do país assistido (MALAN, 1988, p. 10).

⁷ Não encontramos documentos a respeito da fundação e dos primeiros anos da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP) junto ao Arquivo Histórico do Exército. A documentação mais antiga lá existente é do final da década de 1950. Tampouco obtivemos os relatórios dos adidos militares para o Ministério do Exército do Brasil. O Ministério da Defesa informou que essa documentação se encontra dispersa e não disponível para consulta.

externas e internas, com estruturas mais amplas que “dizem respeito à totalidade do campo capitalista e o lugar que nele ocupa o país em estudo” (MOURA, 1980, p. 37).

Nosso objeto de estudo são dois países subordinados ao centro hegemônico norte-americano, conjunto que forma um sistema de poder⁸. No modelo de Robert Keohane podemos posicionar Brasil e Paraguai dentro do sistema internacional como *system-affecting state* e *system-ineffectual*, respectivamente (KEOHANE, 1969, p. 295-296)⁹.

Aqui temos que incluir a noção de subsistema platino. Dentro do sistema de poder no qual se estabeleceu a hegemonia norte-americana, existe um subsistema que possui alguma autonomia. Parodiando Leonel Itaussu Mello, é preciso ter em conta que o relacionamento brasileiro-paraguaio (o autor escreve brasileiro-argentino) não pode ser desvinculado das relações de poder no nível dos sistemas interamericano e internacional, assim como não pode, igualmente, ser dissociado da influência exercida por ambos sobre as relações de poder do subsistema platino (MELLO, 1996, p. 53).

Leonel Itaussu Mello utiliza na obra *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul* as noções de equilíbrio, hegemonia e império apresentadas por Raymond Aron em *Paz e Guerra entre as Nações*. O equilíbrio ocorre quando as unidades políticas se encontram em equilíbrio de forças. O império ocorre quando as unidades políticas estão dominadas por uma delas, perdendo a sua autonomia e desaparecendo como centros de decisão política. Entre essas duas categorias, situa-se a hegemonia. Nesse caso há superioridade incontestável de uma das unidades políticas, mas ela não procura absorver as demais respeitando a sua independência (ARON, 1986, p. 220-221). Há outra categoria, a preponderância, colocada por Aron como subtipo situado entre o equilíbrio e a hegemonia. Itaussu Mello utiliza a preponderância como conceito autônomo, o que parece adequado ao nosso estudo (MELLO, 1996, p. 48-49). Ele a define:

⁸ Sistema de poder é um grupo de Estados, formado por um centro hegemônico (grande potência) e a sua respectiva área de influência (estados aliados subordinados) (MOURA, 1980, p. 41).

⁹ Keohane classifica os estados como *system-determining*, *system-influencing*, *system-affecting states* e *system-ineffectual*. Os últimos, os *small states*, “podem fazer muito pouco para influenciar as forças que os afetam, exceto em grupos tão grandes nos quais têm influência mínima e nos quais são dominados por poderes maiores”. Sua política externa é um ajustamento à realidade, não um rearranjo dela.

Entendemos que a situação típica da preponderância configura-se quando, no âmbito de um determinado grupo de unidades políticas, a ruptura do equilíbrio de poder não engendra para a unidade beneficiária uma posição de supremacia incontestável, nem reduz as demais a um estado de impotência, que são característicos da hegemonia (...) Assim, a preponderância exercida pela unidade de maior peso dentro daquele subsistema encontra-se subordinada, por sua vez, à hegemonia de outra unidade mais poderosa, que ocupa o vértice do sistema mais abrangente (MELLO, 1996, p. 49).

Itaussu Mello demonstra em seu trabalho que a política de poder do Brasil na região platina e a modernização da economia alteraram o equilíbrio de poder brasileiro argentino existente na década de 1960 em direção a uma preponderância brasileira na década de 1970. Contudo, o equilíbrio da década de 1960 era resultado de um processo que iniciou com a preponderância argentina estabelecida nos primeiros trinta anos do século XX. Na década de 1930, apesar de ser “a década infame” na Argentina, sua preponderância estava assegurada no subsistema platino. O Brasil passava por um processo revolucionário e somente modificou a política externa da república oligárquica a partir de 1935. A ascendência argentina sobre Paraguai e Bolívia era indiscutível. Além disso, não haveria mudança na balança de poder regional sem a modificação das relações do Brasil com esses dois países, especialmente com o Paraguai situado “[...] no flanco aberto do Brasil meridional e central” (COUTO E SILVA, 1967, p. 55).

Entre 1942 e 1948 ¹⁰, o Brasil, com a fundação de MMBIP e com outras iniciativas bilaterais, interferiu na preponderância argentina. O Paraguai, aproveitando a conjuntura favorável, utilizou uma das estratégias que os estados pequenos (*small powers*) utilizam para obter vantagens, a independência moderada, ou seja, acenar com relações com o país rival (KEOHANE, 1971, p. 162). As fontes examinadas são ricas em exemplos nesse sentido.

Com respeito às fontes, é bastante útil o conceito trabalhado por Eduardo Svartman de elite diplomática brasileira (EDB). A elite diplomática brasileira era composta pelos diplomatas, políticos e militares

¹⁰ Na verdade, desde 1939 durante o governo de Felix Estigarribia.

que atuavam na política externa do Brasil durante as décadas de 1930 e 1940. Svartman apresenta uma interessante análise para captar a inserção social dessa elite a partir de três variáveis: a classe da qual faz parte, o estamento burocrático que integra e o grupo com o qual está comprometida (SVARTMAN, 1999, p. 22). “Tais dimensões [de grupo, de classe e de estamento burocrático] abrem espaço, inclusive, para que se possam captar a originalidade daqueles que produziram relatórios, análises e proposições para que se atuasse sobre a conturbada realidade internacional de seu tempo” (SVARTMAN, 1999, p. 22). Assim, esses eram os sujeitos que produziram as nossas fontes.

A CRIAÇÃO DA MMBIP: INTERESSES E ARTICULAÇÕES

No início da década de 1940, estreitaram-se os contatos entre os exércitos brasileiro e paraguaio. Em 25 de março, o grupo ao qual pertencia Alfredo Stroessner, partiu em missão para o Brasil (EL DIARIO, 25 mar. 1940). Por ocasião das comemorações em 7 de setembro de 1940, o Paraguai enviou o Chefe do Estado Maior Geral, coronel Raimundo Rolón, para representar o presidente Félix Estigarribia. Segundo Paul Lewis, Rolón foi uma espécie de mentor de Alfredo Stroessner (LEWIS, 1986, p. 132), e Alfredo Mota Menezes credita a ele o interesse pela aproximação do Brasil que floresceu entre os militares (MENEZES, 1987, p. 50-51).

Em abril de 1941, chegou ao Rio de Janeiro mais um grupo de oficiais paraguaios para fazer curso de aperfeiçoamento (CORREIO DA MANHÃ, 29 jan. 1941). Em junho, o Ministro da Educação do Paraguai, Anibal Delmas, solicitou a Antonio Vilhena de Ferreira Braga¹¹, encarregado de negócios interino do Brasil, que os oficiais e alunos da Escola Militar, convidados para as festas de 7 de setembro, pudessem permanecer no Brasil pelo menos duas ou três semanas, “[...] para que tenham eles, com os nossos elementos militares, um convívio mais prolongado, que já vá servindo de base à aproximação amistosa e cordial entre os exércitos dos dois países, que é um dos desejos do atual governo.”¹². Observa-se que, a partir do governo Estigarribia, estava sendo construído um ambiente de aproximação entre os exércitos e foi nesse contexto que ocorreu a fundação da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai em 18 de maio de 1942.

¹¹ Antônio de Vilhena Ferreira Braga foi encarregado de negócios interino do Brasil no Paraguai por diversas vezes entre 1938 e 1942.

¹² BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 130. (20 de junho de 1941).

Os primeiros contatos para a instalação da Missão ocorreram em 1941 entre Getúlio Vargas e Higino Morínigo por ocasião da visita de Getúlio Vargas a Assunção. Já existia alguma base, uma vez que uma das primeiras aditâncias do Exército brasileiro instalada foi a de Assunção em 1934. Em fevereiro de 1945, por ocasião da despedida de Assunção de Ladário Pereira Telles, primeiro chefe da MMBIP, o Comandante da Divisão de Cavalaria do Paraguai, Victoriano Benitez Vera, atribuiu ao general brasileiro José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque a ideia da Missão Militar¹³ (EL PARAGUAYO, 13 fev. 1945).

A ideia era criar uma missão militar, cuja finalidade seria organizar cursos de cavalaria, equitação e educação física. No dia 18 de abril de 1942, uma equipe de cinco oficiais do exército brasileiro chegava a Assunção. Eram eles Arold Ramos de Castro, Milton Barbosa Guimarães, Sylvio Américo Santa Rosa, Jeferson da Rocha Braune, chefiados pelo major Ladário Pereira Telles. Chegaram pela estação central de trem, tendo sido recebidos pelo major Victoriano Benitez Vera, e pelos comandantes de regimento (LA TRIBUNA, 21 maio 1942). Na manhã de 22 de abril, os membros da Missão foram ao Palácio López, acompanhados pelo encarregado de negócios interino, Ferreira Braga, e do adido, o major Francisco Damasceno Ferreira Portugal, onde foram recebidos por Higino Morínigo. O Presidente saudou os oficiais e destacou:

A vinda da Missão Militar Brasileira constitui uma ratificação da sábia política de aproximação com o nobre povo do norte iniciada pelo Chefe da Revolução Nacionalista, política cuja máxima culminação foi aplaudida na oportunidade da visita do Exmo. Presidente Vargas. A fraternidade das

¹³ Não encontramos nenhum documento que comprovasse que José Pessoa foi o idealizador da Missão, nem na Embaixada de Assunção, nem no Arquivo Histórico do Exército (onde não há documentação da época da fundação da missão), nem no CPDOC-FGV. Faria sentido, pela biografia de José Pessoa, por seu interesse e conhecimento a respeito do Paraguai, mas somente uma declaração de um militar paraguaio em uma reportagem de jornal não é suficiente para confirmar essa hipótese. A sugestão de José Pessoa a respeito da criação da missão teria ocorrido na ocasião da visita de Vargas a Assunção. No diário de Vargas, no dia 4 de agosto de 1941, ele escreve: "Partida de Assunção, pela manhã, com comparecimento do presidente, membros do governo, formatura militar e grande assistência. (...) Chegada a Ponta Porã, no campo junto ao quartel do 11º Regimento. Estava o **general José Pessoa**, em serviço de inspeção de arma de cavalaria" (VARGAS, 1995, p. 412). Assim, sabemos que José Pessoa acompanhou a visita, lembrando que Ponta Porã faz divisa com Pedro Juan Caballero no Paraguai. Grifo nosso.

armas paraguaio-brasileiras é prova eloquente dos cordialíssimos laços existentes entre as duas nações (LA TRIBUNA, 23 abr. 1942).

Nossa hipótese é de que, no período nacionalista no Paraguai, entre 1942 (fundação da Missão) e 1948, a MMBIP teve uma dimensão mais diplomática do que militar, contribuindo muito para a ampliação das relações bilaterais entre os dois países. Cremos que a principal motivação para a instalação da Missão era inserir militares brasileiros na sociedade paraguaia, estabelecendo canais alternativos aos diplomáticos. A Missão atuava em conjunto com a Embaixada do Brasil em Assunção¹⁴. Alguns episódios, como um grave incidente ocorrido na Missão em 1944, e a negociação do seu acordo em 1948 corroboram a nossa hipótese.

Existia (e ainda existe) no Paraguai um contexto muito forte de relações diádicas e patrimonialismo. Além disso, as fontes são abundantes em mencionar a “desconfiança paraguaia” em relação ao estrangeiro. Trata-se de um dado histórico, em função do isolamento a que foi submetido o país no período José Gaspar Rodriguez de Francia¹⁵, e decorrente da Guerra da Tríplice Aliança, que transformou os vizinhos geográficos em inimigos potenciais.

Frederick Hicks sugere que a associação no Paraguai entre uma estrutura de classes relativamente aberta, uma forte consciência nacional, um sistema político de dois partidos e envolvimento de massas na política, características associadas à democracia representativa, e a série de ditaduras conservadoras que assolou o país (até 1989) é possível graças ao desenvolvimento de certos tipos de relações interpessoais denominadas “contratos diádicos.” (HICKS, 1971, p. 89). Frank Mora destaca, inclusive, que após a democratização em 1989, as instituições e a burocracia paraguaias permanecem permeadas por patrimonialismo e clientelismo (MORA, 2003, p. 13). O conceito de contrato diádico foi formulado por George M. Foster a partir do estudo de uma aldeia de camponeses no México (FOSTER, 1961, p. 1173-1192). Segundo Foster, esses contratos são de dois tipos: os feitos entre pessoas do mesmo status socioeconômico, e os feitos entre indivíduos de status socioeconômico diversos. Ambos os tipos envolvem obrigações recíprocas. Mas essas obrigações são diferentes. Para

¹⁴ A Legação do Brasil em Assunção foi elevada à Embaixada em 7 de janeiro de 1942.

¹⁵ José Gaspar Rodriguez de Francia foi Presidente do Paraguai entre 1816 e 1840. Foi um período de isolamento internacional do país.

o primeiro tipo, elas são simétricas, ou seja, são obrigações recíprocas complementares iguais para ambas as partes. Para o segundo tipo, elas são assimétricas – recíprocas não complementares, pois cada parte deve a outras coisas diferentes (FOSTER, 1961, p. 1174-1175). Hicks considera que esse tipo de relação existe em várias sociedades rurais, tendo já sido descrita na Itália, Espanha, Filipinas e América Latina. Mas

O que parece distintivo no Paraguai é a forma como o complexo de contratos diádicos está ligado ao sistema de partidos políticos nacionais. O sistema tem o efeito de politizar os camponeses (e as classes baixas urbanas), direcionando a sua energia política para apoiar grupos conservadores, que geralmente não agem em seu interesse. O sistema também está relacionado à preservação do *caudillismo*, um sistema político que envolve uma sucessão de líderes que chegam ao poder por meio da violência com o apoio de seguidores que esperam a divisão dos espólios que vêm do líder (HICKS, 1971, p. 90).

Para Hicks, os dois tipos de contratos diádicos estão presentes no Paraguai, onde “[...] a proliferação desse tipo de relações pode criar uma rede que permeia toda a sociedade, mas é uma rede baseada em relações interpessoais, muito mais do que em unidade de classe ou oposição” (HICKS, 1971, p. 96).

Para o nosso propósito, interessam os contratos diádicos simétricos, que Hicks denomina de *coleguismo* (*colleague relationship*). Nestes, os participantes são de mesmo status. É considerada uma obrigação de amizade prestar aos amigos favores que dependam da posição, conhecimento ou habilidade. Assume-se que esses favores serão retribuídos na ocasião apropriada.

Um amigo que trabalha na alfândega consegue liberar uma encomenda rápida e sem formalidades, um amigo que trabalha na administração das estradas de ferro consegue uma reserva de última hora. Um membro do Partido Liberal mantém seu emprego no governo, um jovem filho de liberais consegue

ingressar no colégio nacional ou um esquerdista Febrerista não é molestado por possuírem amigos colorados ou parentes nos altos escalões do governo. Não é esperado que alguém aguarde a sua vez e cumpra com as formalidades de procedimentos burocráticos se tem um amigo que possa facilitar as coisas, e o amigo ficará chateado se o favor não for pedido a ele (HICKS, 1971, p. 98).

Hicks ainda aponta que a maior parte dos paraguaios ficaria chocada se isso fosse caracterizado como corrupção. Para os que participam, isso é visto como um traço de amizade e fraternidade, dos quais os paraguaios se orgulham. Enfatizam que não há dinheiro envolvido. “A questão é que, fazendo um favor, a pessoa cria uma obrigação à outra parte de retribuí-lo, enquanto o suborno não cria esse laço” (HICKS, 1971, p. 99).

Essa digressão antropológica tem o objetivo de mostrar o quão importante foi, para as relações bilaterais entre Brasil e Paraguai, uma missão militar brasileira permanente em solo guarani. Oficiais brasileiros altamente qualificados que permaneciam cerca de três anos no país, convivendo com seus congêneres paraguaios e com diplomatas, políticos, jornalistas. Tanto no Brasil como no Paraguai o período por nós estudado é marcado pela ampla participação de militares em assuntos diplomáticos (SVARTMAN, 1999, p. 57, DORATIOTO, 2012, p. 421). Seria ingênuo crer que, nesse contexto, uma missão militar de instrução permanente se ativesse somente a questões técnicas e militares.

No despacho de 10 de julho de 1942, Ferreira Braga aponta justamente nessa direção:

Ao lado de sua atividade profissional, tem ainda cada um dos membros da Missão tido uma atuação pessoal e social, junto aos seus camaradas paraguaios, a personalidades oficiais e a elementos sociais, que não só se lhes assegura, entre os primeiros um ambiente de estima e confiança, como entre os demais uma situação de diferente conceito e simpatia, para a qual muito têm contribuído suas esposas.

Graças ao acolhimento que essa situação lhes vai proporcionando de muitos lados, já estão os oficiais

brasileiros e suas senhoras em frequente contato com os meios paraguaios e com o Corpo Diplomático aqui acreditado, para cujas reuniões, com poucas exceções, têm sido convidados. Seria ocioso encarecer os benefícios que de tudo isso resultarão para a nossa política com o Paraguai e especialmente para a ação de nossa representação diplomática aqui, em relação a qual têm o tenente-coronel Ladário e os seus quatro companheiros de trabalho demonstrado um espírito de solidariedade e um propósito de colaboração em prol dos interesses brasileiros que altamente falam do seu patriotismo, e, por isso mesmo, muito me honra e apraz poder deixar consignados nessa informação¹⁶.

“Atuação pessoal e social”, “contato com os meios paraguaios e com o Corpo Diplomático”, benefícios para a política brasileira com o Paraguai. No Arquivo Histórico do Exército tivemos acesso aos livros de ocorrência da MMBIP entre 1970 e 1994¹⁷. É impressionante a atividade social: festas, jantares, homenagens, lançamentos de livros, premiações. As confraternizações sociais eram quase diárias.

O comentário de Ferreira Braga¹⁸ a respeito dos vencimentos dos oficiais também se relaciona a isso: “é pouco para poderem atender como devem aos compromissos e a representação que a situação lhes impõe”. Compromissos sociais e representação: era para isso que deveriam ganhar mais.

Tudo indica também que a MMBIP criava um canal adicional para a coleta de informações pela Embaixada. O telegrama de 22 de março de 1947 da Embaixada de Assunção para o Ministro das Relações Exteriores informa a iminente exoneração da Missão do capitão médico Luís Lacerda Werneck. Salienta que esse ato poderá ser considerado inamistoso em virtude da grande eficiência do capitão nos serviços de profilaxia, epidemiologia e vacinação do exército paraguaio e recorda que “convém [...] sua permanência na citada Missão, pois nesses serviços e no Hospital Central do Exército, é o Capitão Werneck um dos melhores elementos de

¹⁶ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 137. (10 de julho de 1942).

¹⁷ BRASIL. Rio de Janeiro. Arquivo Histórico do Exército. Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai.

¹⁸ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 137. (10 de julho de 1942).

informação dessa Embaixada”¹⁹. Assim, a Missão também era uma forma da Embaixada colher informações dos meios militares.

INCIDENTE NA MMBIP: OS DIPLOMATAS ENTRAM EM AÇÃO

No final de outubro de 1944, ocorreu um grave incidente diplomático envolvendo a Missão Militar Brasileira e que motivou a saída de Ladário Telles do comando da Missão. O modo como a questão foi resolvida demonstra que, naquele momento, a MMBIP era mais valiosa para o Ministério das Relações Exteriores do que para o Ministério da Guerra. O Comandante da Divisão de Cavalaria do Paraguai, Victoriano Benitez Vera, procurou o major Silvio Americo de Santa Rosa e lhe informou que houve denúncia de um soldado paraguaio contra um oficial brasileiro por ato de “pederastia ativa” praticado com outro soldado paraguaio. O caso foi levado ao Ministro da Defesa Nacional do Paraguai que ordenou que fosse abafado. Com o crescer dos rumores, entretanto, Santa Rosa procurou o acusado que, por sua vez, procurou Ladário e relatou o caso, negando a acusação²⁰.

Murillo Tasso Fragoso substituiu Francisco Negrão de Lima²¹ no momento do incidente. Pela documentação fica evidente que a ausência de Negrão de Lima contribuiu para o agravamento do caso. Ladário Telles exigiu que fosse feita uma sindicância com a presença do acusado e dos acusadores. Exigiu de Benitez Vera uma retratação e a punição dos acusadores. Benitez Vera respondeu que não poderia dar nenhuma satisfação “[...] pois à palavra do oficial brasileiro antepunha a do soldado paraguaio, por quem tinha o dever de zelar como Comandante. E, adiantou que, assim sendo, só lhe restava comunicar o caso à autoridade superior”³⁸. No dia 17 de novembro, após muitas promessas não cumpridas pelos paraguaios, Ladário comunicou que interromperia os trabalhos da Missão. Nesse dia, Negrão de Lima retornou à Assunção. Em telegrama para Pedro Leão Velloso,²² Negrão de Lima destacou que “notei que a tensão do ambiente não se circunscrevia àquele círculo. Propalara-se por toda a

¹⁹ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 82. (22 de março de 1947).

²⁰ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL. (18 de novembro de 1944).

²¹ Francisco Negrão de Lima foi Embaixador do Brasil no Paraguai entre 1942 e 1946.

²² Pedro Leão Velloso foi Ministro interino das Relações Exteriores do Brasil entre 24 de agosto de 1944 e 20 de fevereiro de 1945.

cidade a notícia do incidente com a “missão brasileira” levado numa onda de ridículo, de chistes e de obscenidade”²³.

No dia 18, a Embaixada brasileira recebeu a nota de exclusão dos soldados “*por mala conducta difamatória*” 41. Negrão de Lima e Tasso Fragoso consideraram o caso mal conduzido por Ladário Telles, que, em vez provocar uma sindicância, deveria ter abafado o caso²⁴. Negrão de Lima começou a se preocupar com as repercussões do caso junto ao Ministério da Guerra brasileiro²⁵ e a possibilidade de retirada da MMBIP do Paraguai. Ele escreve para Pedro Leão Velloso:

Falou-me o Major Ladário que fará sentir ao senhor Ministro Eurico Dutra ‘não oferecer o Paraguai um ambiente de dignidade para o exercício de uma missão militar’. Tenho razões para supor que esse ponto de vista, se for realmente adotado, será filho dos seus ressentimentos pessoais, gerados no atrito do incidente. Em primeiro lugar, se tal fora o ambiente paraguaio, deveria ter sido argutamente notado com alguns meses de contato e experiência, e não só ao cabo de três anos. Em segundo lugar, aqui funcionam satisfatoriamente, duas importantes missões militares americanas e uma missão naval argentina. Seria absurdo que só para nós não houvesse espaço e simpatia, quando está no consenso público que a atual política praticada pelo presidente Getúlio Vargas com o Paraguai elevou ao seu clímax a cordialidade das nossas relações²⁶.

A permanência de Ladário como chefe da Missão se tornou inviável.²⁷ Ele embarcou para o Brasil no dia 26 de novembro. Negrão de Lima enviou telegramas para Pedro Leão Velloso em 25 de novembro e 5 de dezembro para saber a impressão de Getúlio Vargas e de Eurico Gaspar

²³ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 476 520.0 (43). (1944).

²⁴ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 476 520.0 (43). (1944).

²⁵ Eurico Gaspar Dutra foi Ministro da Guerra do Brasil entre 1936 e 1945.

²⁶ BRASIL. Embaixada de Assunção CONFIDENCIAL 476 520.0 (43) 1944.

²⁷ BRASIL. Embaixada de Assunção 166 (1944).

Dutra sobre o caso ²⁸. Em 7 de dezembro, recebeu telegrama do Ministério das Relações Exteriores com o parecer de Eurico Gaspar Dutra:

A impressão do Ministro da Guerra é que o incidente foi uma intriga preparada para forçar a retirada da Missão, que não é simpática a certos elementos. Ele refere-se à Missão de modo geral e não a seus membros componentes. Encontrei-o cético quanto à sua manutenção, pela convicção de que outras intrigas seriam forjadas no futuro para o mesmo fim. O Coronel Ladário Telles, em todo caso, permanecerá aí até a sua promoção. Esse distinto oficial, aliás, está apto a informar Vossa Excelência sobre o pensamento do Ministro da Guerra, pois com ele demoradamente conversou²⁹.

Dois dias depois, Negrão de Lima insistiu com Pedro Leão Velloso no sentido da necessidade de convencer Eurico Gaspar Dutra da importância da permanência da MMBIP em Assunção. Sugeriu ter certeza de que Dutra modificaria sua opinião se ouvisse os demais membros da Missão e enviasse à Assunção pessoa “[...] serena, alheia à questão para esclarecê-la no próprio ambiente em que se verificou.” ³⁰. E completa dizendo que “A retirada da Missão, pelo motivo que o Ministro da Guerra supõe ser exato, mas me parece fruto de imenso equívoco, pode constituir erro histórico, lançando o desânimo e a desconfiança no meio do caminho e assim comprometendo por muitos anos todo o trabalho de vinculação até agora realizado com esse país” ³¹. No dia 15 de dezembro, Negrão de Lima recebeu novo telegrama do Ministério das Relações Exteriores informando que o seu ponto de vista estava sendo considerado procedente e que a Missão Militar Brasileira não seria retirada ³².

Correspondência enviada pelo major Francisco Damasceno Ferreira Portugal, que já fora adido militar no Paraguai, a Negrão de Lima em 19 de dezembro de 1944, demonstra como o Embaixador do

²⁸ BRASIL. Embaixada de Assunção 167 1944; BRASIL. Embaixada de Assunção 175 (1944).

²⁹ BRASIL. Embaixada de Assunção 158 (1944).

³⁰ BRASIL. Embaixada de Assunção 178 (1944).

³¹ BRASIL. Embaixada de Assunção 178 (1944).

³² BRASIL. Embaixada de Assunção 159 (1944).

Brasil no Paraguai foi importante para a manutenção da MMBIP em Assunção após o incidente. Ferreira Portugal informou que obteve informações junto a Coelho dos Reis, encarregado da correspondência secreta de Eurico Gaspar Dutra. Dutra teria tomado conhecimento do incidente, em primeiro lugar, por intermédio de Ladário, em conversa pessoal. Após, leu o relatório de Negrão de Lima para o Ministério das Relações Exteriores. Num primeiro momento, inclinou-se à retirada da Missão, seguindo a opinião de Ladário. Do relatório de Negrão de Lima:

Ficou em grande e agradável destaque o capítulo em que o senhor esclarece os resultados presentes e futuros da nova política do Brasil face ao Paraguai, e o inexplicável de se alterá-la em virtude de um incidente desprezível, que teria passado despercebido se não fora a falta de habilidade e tato do Ladário, que agiu por própria conta quando o destino afastou o senhor para Belo Horizonte³³.

Ferreira Portugal comentou que Dutra decidiu manter a Missão no Paraguai, uma vez que a sua retirada seria inoportuna “Pelo perigo de ficar marcado o seu nome, em todos os tempos, com o estigma de tão escabroso incidente” 48. Assim, o desfecho do episódio foi o retorno do acusado ao Brasil, o afastamento de Ladário Telles da chefia da Missão, tendo a sua partida ocorrido em 11 de fevereiro de 1945³⁴, e a manutenção da MMBIP em solo guarani.

Pouco importa o ocorrido em si. A acusação poderia ser verdadeira ou caluniosa. O relevante nesse episódio é o que ele revela a respeito da importância da MMBIP naquele momento para as relações bilaterais. O empenho para que o caso fosse encerrado e para que a Missão permanecesse em solo paraguaio foi dos diplomatas, especialmente de Negrão de Lima e de Tasso Fragoso. Se a solução tivesse ficado nas mãos dos militares, talvez a MMBIP tivesse sido então encerrada, com apenas dois anos de existência. Ladário tomou o caso como uma ofensa pessoal e tentou influenciar Dutra no sentido de retirar a Missão. Dutra, pelas

³³ CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima. Atividade Diplomática. (19 de dezembro de 1944).

³⁴ Ládario Telles foi exonerado do comando da missão em 4 de janeiro de 1945, por motivo da promoção. No mesmo dia, foi nomeado comandante o tenente-coronel Inima Siqueira (CORREIO DA MANHÃ, 5 janeiro de 1945).

informações que temos, inclinou-se à retirada da Missão. Julgamos que o empenho de Negrão de Lima junto a Pedro Leão Velloso foi fundamental no sentido da manutenção da MMBIP em ação.

O ACORDO DE REGULAMENTAÇÃO DO MMBIP: INTERESSES DIPLOMÁTICOS E MILITARES NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO

A negociação do acordo de regulamentação da MMBIP em 1948 foi mais uma ocasião de grande envolvimento da diplomacia brasileira. Até 1948, a Missão Militar Brasileira permaneceu no Paraguai sem nenhum instrumento de regulamentação. Entre abril e novembro deste ano, uma complexa negociação envolvendo as Forças Armadas e a diplomacia dos dois países, bem como a missão militar americana, resultou no acordo que regulamentou a Missão até seu encerramento em 1994.

Por que somente em 1948 surgiu essa necessidade, se a Missão operava desde 1942? A resposta parece estar no telegrama de Raul Fernandes³⁵ para a Embaixada de Assunção de 3 de dezembro de 1947.

Segundo consta, o governo paraguaio está decidido a dispensar os serviços que a Missão Militar Brasileira de Instrução presta nesse país. Essa decisão se prenderia ao propalado acordo que aparentemente existe entre os presidentes Domingo Perón e Higino Morínigo. Não necessito esclarecer a Vossa Excelência ser de muito interesse para nós que a referida Missão Militar permaneça em Assunção. Nesse sentido Vossa Excelência deve envidar todos os esforços tendo em vista sempre a necessidade de um contrato assinado entre os governos brasileiro e paraguaio a fim de que nossos militares possam continuar tranquilamente no seu trabalho de instrução militar. As negociações para esse efeito só deverão ser abertas depois da conveniente sondagem. Rogo a Vossa Excelência o especial obséquio de nos trazer ao corrente deste assunto.³⁶

³⁵ Raul Fernandes foi Ministro das Relações Exteriores do Brasil entre dezembro de 1946 e janeiro de 1951.

³⁶ BRASIL. Embaixada de Assunção SECRETO 148. (3 de dezembro de 1947).

Júlio Augusto Barbosa Carneiro ³⁷, todavia, julgava que esses comentários eram boatos espalhados por inimigos de Morínigo. Ele comunicou a Raul Fernandes que, na entrevista com o general Morínigo em outubro de 1947, Perón teve o ensejo de oferecer-lhe a vinda ao Paraguai de uma missão militar argentina.

O Presidente Morínigo ponderou que este país já possui duas missões militares estrangeiras, americana e brasileira, cujo trabalho tem sido muito satisfatório, e que não lhe parecia oportuna mais uma missão estrangeira. Propôs então o presidente Perón que os oficiais paraguaios fossem enviados à Argentina para frequentar as respectivas escolas militares, o que foi aceito pelo general Morínigo. Este declarou-me hoje que resolveu convidar o Major Antonio Henrique Almeida de Moraes, membro da nossa Missão Militar, para assessorar o Estado Maior Geral e para elaborar uma reforma do Ministério da Defesa Nacional. Ajuntou que ele não poderia dar maior prova de confiança ao Brasil e que os serviços do major Moraes no Estado Maior teriam o caráter de uma colaboração pessoal com o Comandante em Chefe visto não lhe ser possível dar ostensivamente tal tarefa devido ser esse um setor já confiado à Missão Norte-Americana. Ponderei ao presidente que não desejávamos fosse feita coisa alguma que pudesse, de algum modo, melindrar os oficiais americanos que servem aqui. O Presidente declarou-me que havia considerado isso e que por esta razão o encargo do major Moraes teria um caráter confidencial. Penso que Vossa Excelência concordará comigo sobre a conveniência do Ministério da Guerra examinar esse aspecto delicado da questão tendo em vista evitar o risco de haver indiscrições e de ser eventualmente considerada pela Missão Militar americana uma interferência da nossa Missão nas atribuições que lhe foram expressamente reservadas.³⁸

³⁷ Júlio Augusto Barbosa Carneiro foi Embaixador do Brasil no Paraguai entre julho de 1947 e 1950.

³⁸ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 375. (10 de dezembro de 1947).

Mesmo assim, a preocupação de Raul Fernandes reitera a importância da MMBIP para as relações diplomáticas. Ao que tudo indica, se não fosse por iniciativa diplomática, a Missão teria permanecido sem regulamentação por mais tempo.

Em 18 de fevereiro de 1948, Barbosa Carneiro encaminhou ao Ministro das Relações Exteriores e Culto do Paraguai, Cesar Vasconcellos, um *aide-memoire*, solicitando que o governo paraguaio consultasse o governo dos Estados Unidos a respeito do futuro contrato da MMBIP, já que haveria essa previsão no contrato da missão americana.³⁹ Em mensagem de 20 de fevereiro a Raul Fernandes, Barbosa Carneiro respondeu o telegrama de 14 de fevereiro, quando Fernandes comunicara que “O Departamento de Guerra dos Estados Unidos da América acaba de manifestar não ter objeção alguma ao contrato brasileiro, uma vez que suas cláusulas não colidiam com as do contrato da Missão Militar Americana no Paraguai”.⁴⁰ Na sequência, Barbosa Carneiro informou que conversara no dia 18 com Higino Morínigo e que o presidente concordava com a celebração do contrato. Assim, antes que o governo paraguaio consultasse o governo norte-americano a respeito do contrato, o Brasil já o fizera e obtivera um parecer positivo.

Após uma série de tratativas, o acordo foi assinado em 3 de agosto de 1948. A partir da assinatura, a preocupação da diplomacia brasileira passou a ser com a sua ratificação. Em 8 de agosto, Barbosa Carneiro enviou telegrama ao Ministério das Relações Exteriores relatando descontentamento argentino com o acordo:

O Embaixador argentino mostrou-se muito irritado com a assinatura do Acordo sobre a nossa Missão Militar. Estou informado de que pouco depois da assinatura, o Ministro das Relações Exteriores e Culto recebeu um telegrama do Embaixador paraguaio em Buenos Aires insistindo para que não fosse concluído dito Acordo, o qual criaria muito má impressão nos meios oficiais argentinos, conforme ele explicaria de viva voz ao chegar aqui na semana que vem. (...) Tão manifesto mau humor pode repercutir em certos meios influentes de modo a retardar ou mesmo

³⁹ BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO 23 520.0 (43). (20 de fevereiro de 1948).

⁴⁰ BRASIL. Embaixada de Assunção SECRETO. (6-14 de fevereiro de 1948).

impedir a ratificação. Considero que isso seria de grande efeito se Vossa Excelência fizesse sentir ao Embaixador do Paraguai aí o empenho do governo brasileiro pela imediata ratificação, isto é, antes da Câmara de Representantes entrar em férias no fim deste mês.⁴¹

Após diversas tratativas, a ratificação paraguaia ocorreu em 25 de novembro de 1948.⁴² Dois pontos ficam evidentes na negociação do acordo da MMBIP. O contexto de disputa com a Argentina e a hegemonia militar norte-americana na América Latina que se impôs na década de 1940.

A disputa entre o Brasil e Argentina pela influência no Paraguai começou na época das independências e tem uma longa história no século XIX. O Brasil influenciou politicamente o Paraguai até 1904, quando a influência argentina, que em termos econômicos era hegemônica após a guerra da Tríplice Aliança, tornou-se também determinante no plano político. Foi somente a partir de 1936, com o governo Rafael Franco e com a redefinição de política externa do governo instalado em 1930, que o Brasil começou a trabalhar para retomar sua ligação com o Paraguai. Gustavo Eberle de Carvalho mostra a rivalidade do Brasil com a Argentina durante a Conferência de Paz de Buenos Aires (1935-1939), na qual se negociou o tratado de paz entre Paraguai e Bolívia após a Guerra do Chaco (1932-1935), justamente em torno da influência nos países menores da região (CARVALHO, 2019). Segundo Francisco Doratioto, a ideia de uma potencial agressão argentina tornou-se uma força profunda na ação diplomática no imaginário brasileiro durante a maior parte do século XX, até o início do processo de integração Brasil-Argentina na década de 1980 (DORATIOTO, 2014, p. 32). Percebemos esse “perigo argentino” na documentação diplomática sobre a MMBIP. Segundo Svartman, o temor era real (SVARTMAN, 1999, p. 165), ainda que hoje, analisando a situação da época, nos pareça muito pouco provável que houvesse uma guerra entre Argentina e Brasil. Na verdade, esse fator favoreceu o Paraguai na sua estratégia de independência moderada.

Percebe-se também a grande preocupação com a hegemonia militar norte-americana que se impôs na América Latina a partir de 1940. Em 1943, chegou uma missão militar americana, com recursos muito mais

⁴¹ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 108. (8 de agosto de 1948).

⁴² BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 78. (27 de novembro de 1948).

abundantes dos que os da brasileira. Além disso, ao contrário da brasileira que funcionava sem regulamentação, firmou um acordo que garantia exclusividade no futuro para missões dos Estados Unidos. Isso significa que se a MMBIP se retirasse do Paraguai, não seria possível o envio de nova missão brasileira. Isso explica o esforço da diplomacia em manter a Missão em Assunção por ocasião de situações delicadas, como em 1944, e, posteriormente, a negociação de um acordo. A possível instalação de uma missão aeronáutica brasileira também demonstra a tentativa de ocupar um espaço que seria ocupado pelos americanos⁴³. Com os Estados Unidos, o Paraguai exercitava a segunda estratégia dos pequenos estados definida por Keohane, a super lealdade (KEOHANE, 1971, p. 162).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empenho dos diplomatas e do Ministério das Relações Exteriores na resolução do incidente de 1944 e na negociação do contrato da MMBIP demonstra a dimensão diplomática da Missão nesses seus primeiros anos. Não por acaso, a instalação da MMBIP praticamente coincidiu com a chegada ao Paraguai de Negrão de Lima, o primeiro Embaixador brasileiro em Assunção. Político, jornalista e profundamente ligado ao projeto do Estado Novo, tinha muita clareza a respeito das peculiaridades da sociedade paraguaia, como o nacionalismo, a desconfiança e o peso dos relacionamentos pessoais. Em 1944, defendeu com veemência a permanência da MMBIP e se utilizava dos oficiais da Missão para obter informações e encaminhar decisões.

Em 1948, Barbosa Carneiro se empenhou pessoalmente na negociação de um acordo para que a Missão permanecesse em Assunção, num período em que, em função da presença militar norte-americana, a importância do suporte brasileiro declinara para o Paraguai.

Tudo indica que essa presença de militares brasileiros no Paraguai desde 1942 estabeleceu relações muito especiais entre os dois exércitos.

⁴³ Em 4 de novembro de 1942, Negrão de Lima mencionou a Oswaldo Aranha a conveniência de agregar uma missão aeronáutica aos trabalhos da MMBIP, cuja vinda seria “sobremodo vantajosa para a política que estamos realizando e seria, agora, muito oportuna”. BRASIL. Embaixada de Assunção 207. (4 de novembro de 1942). Contudo, em 1943, o Paraguai recebeu uma missão aeronáutica norte-americana. O governo dos EUA pediu esclarecimentos a respeito da negociação de uma missão aeronáutica brasileira (UNITED STATES, 1942). Welsey Frost, Embaixador dos EUA no Paraguai, disse em mensagem de 11 de agosto que estava acertado que a missão “[...] definitivamente seria americana.” (UNITED STATES, 1942).

Golbery do Couto e Silva (1948-1950) e João Figueiredo (1955-1957)⁴⁴ foram oficiais da MMBIP. Tomás Espósito Neto relata como o tratado de Itaipu na década de 1970 foi negociado em circunstâncias peculiares entre os militares dos dois países:

Ao se analisar a documentação confidencial, percebe-se que altas autoridades brasileiras, entre elas o general Figueiredo – chefe do Serviço Nacional de Inteligência no governo Geisel – faziam “viagens de turismo” ao Paraguai com certa regularidade. Curiosamente, durante alguns desses momentos de “descanso”, as autoridades de ambos os países mantinham conversações sobre assuntos de Estado, como a questão da ciclagem e problemas nas relações bilaterais. Também eram frequentes as viagens de militares paraguaios ao Brasil e os contatos destes com autoridades brasileiras [...] (ESPÓSITO NETO, 2020, p. 200).

Esses relatos sugerem que a presença da MMBIP em conjunto com os adidos militares estabeleceu uma espécie de “diplomacia paralela” entre os dois países que, muitas vezes, contornava o Itamaraty⁴⁵. A MMBIP permaneceu em Assunção até 1994. Retornou em 1995 com outra denominação: Cooperação Militar Brasil Paraguai. Permanece até hoje em Assunção, sendo a única missão militar brasileira permanente no exterior.

O estudo desse capítulo pouco conhecido da história da política externa brasileira encaminha questões a serem investigadas em futuras pesquisas, como o papel desempenhado pela MMBIP no incremento das relações brasileiro paraguaias no período de Alfredo Stroessner (1954-1989), em geral, e nas negociações do Tratado de Itaipu, em particular.

⁴⁴ Na documentação da Embaixada de Assunção existe uma cópia de uma monografia de João Batista de Oliveira Figueiredo denominada “Os fatores políticos e militares no planejamento dos transportes” com data de setembro de 1955.

⁴⁵ Infelizmente não tivemos acesso aos relatórios dos adidos militares brasileiros para o Ministério da Guerra (exceto alguns poucos cujas cópias estavam junto à documentação diplomática). Consultamos o Ministério da Defesa e tivemos informação de que essa documentação está dispersa e não disponível para consulta.

THE DIPLOMATIC PERFORMANCE OF THE BRAZILIAN MILITARY INSTRUCTION MISSION IN PARAGUAY (MMBIP) IN THE 1940S

ABSTRACT

This article analyzes the foundation of the Brazilian Military Instruction Mission in Paraguay (MMBIP), in 1942, that inaugurated the military cooperation between the two countries which persists until today. The text aims to analyze the foundation of the MMBIP and its functioning in the early years. Research in primary sources shows that, in its early years, the MMBIP had a diplomatic dimension as important as the military one, contributing to the increase in bilateral relations between Brazil and Paraguay. The work of the Mission and other diplomatic initiatives in the period interfered with the Argentine preponderance in the Platine subsystem and led to the balance in the 1960s and the Brazilian preponderance in the 1970s.

Keywords: Military Cooperation; Brazil; Paraguay.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

CARVALHO, Gustavo Eberle. **O Brasil e a Geopolítica da Guerra do Chaco**: diplomacia e política na Conferência de Paz de Buenos Aires (1935-1939). 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38024/1/2019_GustavoEberledeCarvalho.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: Edmundo Bittencourt, 1901-1974.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1922-1994)**. Brasília: FUNAG, 2014.

DORATIOTO, Francisco. **Relações Brasil-Paraguai**: afastamento, tensão e reaproximação (1889-1954). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. **Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979**: fronteira, energia e poder. Curitiba: Appris, 2020.

FOSTER, George M. The Dyadic Contract: a Model for the Social Structure of a Mexican Peasant Village. **American Anthropologist**, Washington, p. 1171-1192, v. 63, n. 6, Dec. 1961. (New Series).

HICKS, Frederic. Interpersonal Relationships and Caudillismo in Paraguay. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, Coral Gables, p. 89-111, v. 13, n. 1, jan. 1971.

KEOHANE, Robert. The big influence of small allies. **Foreign Policy**, Washington, p. 161-182, v.1, n. 2, Spring 1971.

KEOHANE, Robert. Liliptians Dilemmas: small States in International Politics. **International Organization**, Cambridge, p. 291-310, v. 23, n. 2, Spring 1969.

LA TRIBUNA. Asunción: Eduardo Shaerer, 1925-1983.

LEWIS, Paul H. **Paraguay bajo Stroessner**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão militar francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

MELLO, Leonel Itassu Almeida. **Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul**. São Paulo: Annablume, 1996.

MENEZES, Alfredo. **A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai 1955-1980**. Campinas: Papyrus, 1987.

MIRANDA, Carlos R. **The Stroessner Era: authoritarian rule in Paraguay**. Boulder: Westview, 1990.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PAMPLIEGA, Amancio. **Fusil al hombro**. Asunción: El Lector, 1982.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Diplomatas, políticos e militares: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo**. Passo Fundo: EdiUPF, 1999.

VARGAS, Getúlio. **Diário**, volume II, 1937-1942. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

FONTES CONSULTADAS

Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro)

- Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (Caixas diversas)

Biblioteca Nacional

- Hemeroteca Digital

Correio da Manhã (Rio de Janeiro)

Biblioteca Nacional Del Paraguay

- Periódicos:

El Diario

Correio da Manhã (Rio de Janeiro)

EL PARAGUAYO

EL TIEMPO

LA TRIBUNA

Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (Rio de Janeiro)

- Arquivo Getúlio Vargas.

- Arquivo José Pessoa.

- Arquivo Negrão de Lima.

Embaixada do Brasil em Assunção (Paraguai)

Pastas diversas

Ministério das Relações Exteriores

- Atos Internacionais

United States – Department of State

- Foreign Relations Diplomatic Papers

The American Republics: 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1944, 1946, 1947 e 1948. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments>.

* Recebido em 11 de julho de 2022, e aprovado para publicação em 10 de fevereiro de 2023.